



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Aos vinte dias de outubro de dois mil e vinte e dois, às catorze horas e seis minutos, realizou-se a **38ª Sessão Extraordinária do Conselho do Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)**, mediante prévia convocação, no Campus das Auroras, Bloco A, sala trezentos e dois, sob a presidência da Senhora Vice-Diretora do IDR, **Maria Ivanilda de Aguiar**, e também com a presença dos seguintes conselheiros: **Lucas Nunes da Luz** (Diretor do IDR); **Silas Primola Gomes** (Coordenador do Curso de Agronomia); **Jaqueline Sgarbi Santos** (Coordenadora de Engenharia de Alimentos Interina); **Lourenço Marreiros Castelo Branco** (Gerente da Fazenda Experimental Piroás - FEP); **Clebia Mardonia Freitas Rabelo** (Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária - Intesol); **Fernanda Schneider** (Representante Docente); **Max César de Araújo** (Representante Docente Suplente); **Ciro de Miranda Pinto** (Representante Docente Suplente); **Susana Churka Blum** (Representante Docente); **Virna Braga Marques** (Representante Docente); **Alef Matheus Holanda Lima** (Representante Discente do Curso de Agronomia Suplente); **Lauriane Castro do Nascimento** (Representante Discente do Curso de Agronomia) e **Milena Fonseca de Santiago Roiz** (Representante dos Técnicos Administrativos em Educação - TAEs).

I. ABERTURA DOS TRABALHOS: Havendo quórum regulamentar, a Presidente da Sessão cumprimentou os conselheiros presentes e declarou aberta a sessão. **II. ORDEM DO DIA. Expedientes: 1. Apreciação do Relatório de Redistribuição para a Vaga de Zootecnia de Base Ecológica, aprovado na XXXII Reunião Ordinária do Colegiado de Agronomia. Relatora: Maria Ivanilda de Aguiar.** A Presidente da Sessão explicou que dois candidatos se apresentaram e enviaram comunicados para o IDR solicitando vaga para redistribuição. Disse que são candidatos de outros estados que estão querendo vir para a Unilab: Thalles Ribeiro Gomes e Francislene Silveira Sucupira. Na sequência, falou que o IDR instituiu uma comissão para avaliar o currículo desses candidatos, não que isso fosse obrigatório, mas foi uma forma de fazer uma escolha mais justa. Externou que a comissão foi constituída por três professores - Marcelo, Silas e Débora - e foi utilizado o barema. Clebia Mardonia Freitas Rabelo perguntou se a escolha iria atender a real necessidade do IDR, porque observou que o foco estava no currículo. Maria Ivanilda de Aguiar respondeu que os dois candidatos são da área e contemplam as necessidades do Instituto. Max César de Araújo questionou se foi seguida alguma normativa, um passo a passo, se foi aberto edital e quais foram as regras. Maria Ivanilda de Aguiar informou que a Unilab ainda não tem essa política de redistribuição e foram esses candidatos que buscaram o Instituto. Clebia Mardonia Freitas Rabelo lembrou que esse tema foi discutido na reunião do colegiado e foi aprovada a possibilidade dessa redistribuição. Max César de Araújo disse que a dúvida surgiu, porque há universidades que utilizam editais específicos de redistribuição, para não terem problema, porque podem ter. Afirmou que a universidade poderá ter problemas se não criar uma normativa específica para isso. Logo depois, Susana Churka Blum perguntou se foi feita alguma consulta a outro órgão da Unilab, como a SGP ou procuradoria. Lucas Nunes da Luz respondeu que consulta formal não, porque enquanto o processo não for aceito, ele ainda não existe, há a intenção. Falou que, tomando a decisão de aceitar uma dessas pessoas e considerando que a universidade não tem um rito instituído, nem edital, nem formulário, além de não ser um concurso público, é uma decisão a ser tomada pelo colegiado e pelo conselho de unidade acadêmica. Acrescentou que apenas tentaram uma forma de escolher um dos dois, mas que o colegiado e conselho podem decidir e a partir da escolha o processo irá para a SGP a qual providenciará todas as consultas necessárias. Esclareceu que, quando alguém entra em contato com a SGP pedindo aceite, o Instituto recebe um processo para responder se aceita o candidato; mas essa situação foi o contrário: houve a comunicação para o Instituto, que pode decidir aceitar e depois encaminhar para a SGP, de modo que nenhum processo tramita à parte da gestão. Virna Braga Marques disse que, na tese do professor Marcelo, integrante da banca, tem uma menção do nome completo do professor Thalles, dizendo que é seu amigo de todas as horas. Então, questionou se a banca poderia realmente ser composta dessa forma, uma vez que há tantos agrônomos que poderiam ter acompanhado, para manter a isonomia do processo longe de questões pessoais. Milena Fonseca de Santiago Roiz falou que, até onde sabia, a situação

não configurava impedimento, mas que isso pode variar em cada instituição. Silas Primola Gomes externou que Marcelo havia dito que era amigo de Thalles, mas não tinham nenhum trabalho conjunto. Maria Ivanilda de Aguiar esclareceu que a comissão foi escolhida por isso, porque, diante de dois candidatos, a escolha não foi feita por amizade, mas por critérios baseados nas notas, no currículo, inclusive o barema da Unilab é público. Disse também que historicamente esses processos de redistribuição funcionam assim, é uma busca ativa feita pelos professores. Em seguida, Clebia Mardonia Freitas Rabelo sugeriu aprovar a redistribuição com a ressalva de ir à Procuradoria, mesmo tendo respaldo. Susana Churka Blum disse que sua preocupação é a questão de terem sido dois candidatos com formação de Zootecnia da UFC e de não haver outros candidatos de outros programas, o que poderia ferir a isonomia. Silas Primola Gomes disse que todas essas vagas são assim, por relacionamento. Clebia Mardonia Freitas Rabelo afirmou que vaga para redistribuição não existe de fato, existe de direito e é uma solicitação que parte de quem tem interesse. Silas Primola Gomes afirmou que quem poderia contestar alguma coisa seria a Francislene, mas ela é conterrânea de Marcelo e o conhece, mesmo não estando na tese, ficando difícil medir a relação entre eles e a de Thalles com Marcelo. Fernanda Schneider disse que, se o processo parar, haverá prejuízo para o curso. Lucas Nunes da Luz falou que todos os questionamentos são válidos e que não há problema, mas disse que o aceite do processo de redistribuição foi decidido em reunião e nesta foi escolhida a comissão por todos. Disse ainda que não foi aberto concurso público, não estão ofertando uma vaga para ser ocupada, mas sim há uma vaga e pessoas interessadas a procuraram. Além disso, falou que o e-mail do instituto recebe com frequência muitos e-mails de interessados em redistribuição. Assim, nesse momento em que houve dois pedidos de redistribuição para essa mesma vaga, ele trouxe a situação ao conselho, que aceitou a redistribuição. Explicou que, como havia duas pessoas, foi decidido fazer um avaliativo como um fundamento para as pessoas votarem, mas não como um processo de avaliação; inclusive o conselho pode votar de forma diferente da posição do colegiado. Virna Braga Marques disse que a sua questão era se haveria problema, como os dois têm relação, para evitar uma judicialização que pode segurar a vaga por muito tempo. Clebia Mardonia Freitas Rabelo disse que o conselho pode aprovar qualquer um dos dois candidatos, mas não necessariamente o que tirou a maior nota, porque o relatório da comissão é um instrumento, não existe vaga de redistribuição, mas sim uma solicitação pessoal para uma vaga e citou que é redistribuída da UFC. Disse também que quem decide sobre o código de vaga é a Reitoria. Logo depois, Fernanda Schneider falou que de alguma forma se estabeleceu um mecanismo para se conseguir fazer uma comparação, para tentar ser realmente isonômico; seria melhor se não estivesse na tese do Marcelo, mas não se trata de um trabalho conjunto, o que seria um complicador, e na sua opinião o candidato pode ser aceito. Em seguida, Maria Ivanilda de Aguiar colocou o expediente em votação. Todos aprovaram o resultado do relatório de redistribuição para a vaga de Zootecnia de Base Ecológica, aprovado na XXXII Reunião Ordinária do Colegiado de Agronomia, indicando Thalles Ribeiro Gomes para a referida vaga. **2. Abertura de concurso para a vaga da Professora Aiala Vieira Amorim (Setor de estudo Fitotecnia de base Ecológica, com mudança para o setor de estudo Biologia Geral e Bioestatística). Relatora: Maria Ivanilda de Aguiar.** A Presidente da Sessão informou a mudança, decidida em conselho, do setor de estudo para Biologia Geral e Bioestatística, de modo que a pessoa desse setor de estudo ministrará a princípio cinco disciplinas: pré-cálculo, estatística básica, biologia celular, introdução à biologia e práticas agrícolas I. Lucas Nunes da Luz falou que, na reunião passada, quando colocou em votação a vaga para concurso, Virna ou Gustavo perguntaram se um agrônomo poderia fazer e o Diretor do IDR havia dito que iria conferir. Desse modo, afirmou que agrônomo poderá participar do concurso, a vaga é de graduação biólogo/agrônomo e doutorado em ciências biológicas/ciências agrárias. Disse que, com a vinda do professor de zoologia, foi colocada a disciplina de zoologia para ele, e que a professora Virna pediu a disciplina de fisiologia a partir do próximo período, ficando as disciplinas de biologia que precisam ser ocupadas. Então, informou que, além da biologia, há uma carência na parte de estatística básica e que viu a possibilidade de deixar para essas disciplinas, porque estas atendem o início, as biológicas, pré-cálculo e a estatística básica. Por fim, falou que ofertou essa proposta no colegiado e na reunião de vínculo geral. Então, Maria Ivanilda de Aguiar falou brevemente sobre os trâmites de abertura de concurso, que passam por outros setores. Lucas Nunes da Luz disse que, aprovada a abertura do concurso, após a elaboração do edital, a banca será decidida neste conselho. Porém, falou que os pontos precisam ser decididos antes, porque devem estar no edital. Assim, propôs aos conselheiros consultar os professores do IDR que têm formação no setor de estudo em questão, para que eles possam sugerir os pontos do concurso. Em concordância, Clebia Mardonia Freitas Rabelo disse que não há necessidade de todos os conselheiros para decidir os pontos. Na sequência, Alef Matheus Holanda Lima perguntou o porquê da mudança do setor de estudo. Lucas Nunes da Luz respondeu que a

alteração ocorreu em razão das necessidades do Instituto e as recentes redistribuições de disciplinas. A Presidente da Sessão leu novamente os requisitos de quem poderá concorrer à vaga do concurso, informando que não haverá prejuízo. Clebia Mardonia Freitas Rabelo sugeriu serem colocados cinco pontos de uma área e cinco pontos de outra. Alef Matheus Holanda Lima perguntou se essa mudança não reduzirá a parte de ecologia do curso e trará um profissional que não tenha uma preocupação com a base ecológica. Lucas Nunes da Luz disse que não e que o profissional estará alinhado aos pontos, inclusive sugeriu que sejam doze pontos, sendo dois destes transversais, abrangendo base ecológica e práticas agrícolas. Reiterou a sugestão de consultar os professores que têm as expertises para a elaboração dos pontos. Todos acolheram as sugestões. Jaqueline Sgarbi Santos questionou se os pontos poderão ser sorteados em dois blocos, um na área de biologia geral e outro na de bioestatística. O Diretor do IDR disse que faz sentido, mas precisava fazer uma consulta e, se esta for favorável, poderão sortear um ponto de cada bloco. Ciro de Miranda Pinto disse que não poderá propor os pontos, porque sua esposa participará do concurso. Virna Braga Marques disse que os conselheiros deveriam propor os pontos e que o ideal é que Ciro não participe da elaboração dos pontos. Alef Matheus Holanda Lima perguntou se não teria como manter a Fitotecnia de base ecológica junto com as duas outras áreas. Maria Ivanilda de Aguiar explicou que pelas necessidades do Instituto fitotecnia já está contemplada; que as disciplinas que eram assumidas pela Aiala já foram distribuídas entre os professores que são da área. Silas Primola Gomes também falou sobre a distribuição de disciplinas. A Vice-Diretora do IDR reafirmou que o setor de estudos proposto é a necessidade que o Instituto tem atualmente. O Coordenador de Agronomia informou inclusive que a disciplina de pré-cálculo futuramente fará parte do PPC do Curso de Agronomia. Em seguida, Maria Ivanilda de Aguiar colocou em votação a abertura do concurso para a vaga da professora Aiala Vieira Amorim, com a mudança para o setor de estudo Biologia Geral e Bioestatística. O ponto foi aprovado por todos, mas com o pedido de registro da ressalva de Alef Matheus Holanda Lima, que votou a favor da abertura do concurso, mas não a favor da retirada do setor de Fitotecnia de base ecológica.

III. COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS: Virna Braga Marques informou que os laboratórios do RU continuam com problema de energia, estão com quatro ar-condicionados que não funcionam - não esfriam, parte da divisória está aberta para o RU, faltam extintor, banheiros, toda semana falta água e a acessibilidade está comprometida, porque por um lado é escada e o outro tem uns ar-condicionados grandes e não é todo mundo que consegue passar. Também comunicou que continuam sem internet local, recebendo apenas o sinal fraco que vem do RU. Milena Fonseca de Santiago Roiz falou que apresentou algumas questões para a Direção do IDR sobre o Programa de Gestão de Desempenho (PGD), mas que o Diretor do IDR informou que faria posteriormente uma reunião com a SGP para tratar sobre o tema e uma reunião com os TAEs. A representante dos TAEs também informou que a universidade já iniciou a implementação do PGD e em breve surgirá a oportunidade das unidades acadêmicas abrirem seus editais, de modo que precisa ser conversado entre as chefias e servidores o plano de gestão, para delinear uma forma para os TAEs participarem. Disse também que o Diretor do IDR estava ciente dos prazos, mas que precisava da reunião dos diretores com a SGP, para entender melhor o processo, porque a última reunião havia sido genérica. Max César de Araújo perguntou se a categoria já tem uma posição. Milena Fonseca de Santiago Roiz disse que o posicionamento da categoria é de que há interesse em participar do PGD. Na sequência, Max César de Araújo comunicou que, com o retorno do ensino presencial, como professor da área de máquinas, estava em uma batalha constante em relação ao uso dos equipamentos agrícolas, que estão no almoxarifado há mais de dois anos. Então, quis registrar em ata a sua indignação em relação a isso, porque não há posicionamento nenhum da universidade, de modo que ele está precisando fazer as aulas práticas na UFC. Em seguida, perguntou o que a gestão do Instituto está fazendo em relação a essa questão séria. Mencionou também que o MEC está vindo e perguntou o que a gestão vai fazer de forma específica. Silas Primola Gomes perguntou o que precisa ser feito. Max César de Araújo respondeu que é necessário um galpão para os equipamentos, mas que entendeu que a universidade tem outras prioridades. O Coordenador de Agronomia disse que não sabia, mas que iria falar com Lucas, porque é algo importante para a visita do MEC. Max César de Araújo comunicou que, no início do semestre passado, conversou com o professor Lucas sobre essa problemática e este pediu vinte dias para resolver, mas até o momento continua esperando. Susana Churka Blum perguntou se há processo no SEI sobre isso. Maria Ivanilda de Aguiar falou que não tinha certeza, mas que era pela questão do terreno, que ainda não foi liberado pela SEMACE, há uma série de burocracias e esse processo estava parado, que se tratava de espaço para esses galpões e para aulas. Silas Primola Gomes disse que se lembrava também sobre esse processo. Lourenço Marreiros Castelo Branco disse que vem acompanhando desde o início a problemática das máquinas e que fica muito triste por ver as coisas darem certo, mas pela metade. Falou

ainda que a própria auditoria, em relatório, mencionou essa questão das máquinas e dos transportes de toda a universidade. Em relação ao processo do terreno, disse que não sabia informar e, salvo engano, o processo havia parado na PROADI. Virna Braga Marques propôs verificar o setor em que o processo estava parado e o que falta para o processo andar; também sugeriu que fosse verificada a possibilidade de no dia da aula a máquina ser trazida até aqui, que é próximo. Max César de Araújo informou que já solicitou à Direção, mas que o problema eram os entraves para operacionalizar isso, como por exemplo a bateria que não tem mais e o lugar para guardar. Além disso, ressaltou que sugeriu fazer um balcão provisório para guardar esses equipamentos, mostrar e manejar para os alunos, mas a resposta da Direção é a de que não tem como. Por fim, disse que trouxe a informação para o conselho, porque não quer ser responsabilizado no futuro. Maria Ivanilda de Aguiar disse que a situação deverá ser resolvida. **IV. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA:** não houve informes. **V. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** A Presidente da Sessão, nada mais havendo a tratar, agradeceu o comparecimento dos conselheiros nesta sessão e declarou-a encerrada às quinze horas e trinta e três minutos. Para constar, eu, Milena Fonseca de Santiago Roiz, Assistente em Administração e Representante dos TAEs, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros.

APROVAÇÃO DA ATA DA 38ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL – IDR



Documento assinado eletronicamente por **MARIA IVANILDA DE AGUIAR, Vice-Presidente do Conselho do Instituto de Desenvolvimento Rural - IDR**, em 15/12/2022, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LOURENÇO MARREIROS CASTELO BRANCO, Conselheiro Gerente da Fazenda Experimental Piroás (FEP)**, em 15/12/2022, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA DA SILVA PEREIRA, Conselheiro(a) docente suplente**, em 15/12/2022, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS NUNES DA LUZ, Presidente do Conselho do Instituto de Desenvolvimento Rural - IDR**, em 15/12/2022, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALLEF MATHEUS HOLANDA LIMA, Usuário Externo**, em 16/12/2022, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAX CESAR DE ARAUJO, Conselheiro(a) docente suplente**, em 19/12/2022, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MILENA FONSECA DE SANTIAGO ROIZ, Conselheiro(a) Representante dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) titular**, em 20/12/2022, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARINA CABRAL REBOUÇAS, Conselheiro(a) docente titular**, em 12/03/2024, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO CHAVES DA SILVA, Conselheiro(a) docente titular**, em 12/03/2024, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SUSANA CHURKA BLUM, Vice-Presidente do Conselho do Instituto de Desenvolvimento Rural - IDR**, em 12/03/2024, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO MAIA DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 14/03/2024, às 07:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILAS PRIMOLA GOMES, Conselheiro Coordenador do Curso de Agronomia**, em 14/03/2024, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLEBIA MARDONIA FREITAS RABELO, Conselheira Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária (Intesol)**, em 09/05/2024, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARCELO CAVALCANTI NOVAES, PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR**, em 09/07/2024, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unilab.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0564436** e o código CRC **74F8B324**.
